

O DISCURSO COLONIAL NA TEIA NARRATIVA DE *MEMORIAL DE AIRES*: MEMÓRIA, HISTÓRIA E DIÁSPORA¹

COLONIAL DISCOURSE IN THE NARRATIVE WEB OF *MEMORIAL DE AIRES*: MEMORY, HISTORY AND DIASPORA

Marcia Danieli da Silva Costa²

RESUMO: Para a escrita do seu último livro, o escritor Machado de Assis escolhe como plano de fundo um dos acontecimentos que marcaram profundamente a memória histórica do Brasil: a abolição da escravatura. Esse contexto histórico que vai emergir em *Memorial de Aires*, a princípio como um cenário secundário, mas que, ao longo do enredo, começa a se desvelar para o leitor como uma denúncia e uma crítica à condição dos negros na sociedade do século XIX. Dessa forma, o presente trabalho analisa e discute como o escritor utiliza desse discurso colonial reverberado na memória, na história e na diáspora como suporte estético para a construção da linguagem memorialística do personagem-autor desse romance.

Palavras-chave: *Memorial de Aires*. Machado de Assis. Discurso colonial. Diáspora. Memória.

ABSTRACT: For the writing of his latest book, the writer Machado de Assis chose as background one of the events that deeply marked the historical memory of Brazil: the abolition of slavery. A historical context that will emerge in *Memorial de Aires* at first as a secondary scenario, but which along the plot begins to reveal itself to the reader as a denunciation and a criticism of the condition of blacks in 19th century bourgeois society. Thus, the present work analyzes and discusses how the writer uses this colonial discourse reverberated in memory, history and the diaspora as an aesthetic support for the construction of the memorialist language of the character-author of this novel.

Keywords: *Memorial de Aires*. Machado de Assis. Colonial discourse. Diaspora. Memory.

¹ Artigo recebido em 19 de abril de 2020 e aceito em 24 de junho de 2020. Texto orientado pelo Prof. Dr. Juan Pablo Martín (UFPE). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda do Curso de Teoria da Literatura da UFPE.



INTRODUÇÃO

Na fase final da sua produção literária, Machado de Assis passa a revelar aos seus leitores uma posição política e social mais crítica da sociedade a qual estava inserido. Entre essas obras de cunho sociocrítico, além de *Esaú e Jacó*³, está *Memorial de Aires*, o último romance escrito e publicado pelo autor, em 1908, e objeto de estudo deste trabalho. Esse romance trata-se de uma narrativa memorialística apresentada sob um formato diarístico, mas que na verdade compõe um memorial⁴, em que o personagem-narrador (CASTELLO, 1969) Conselheiro Aires relata suas reminiscências cotidianas vivenciadas entre os anos de 1888 e 1889, quando se apaixona pela figura da jovem viúva Fidélia.

Assim, o desafio de realizar uma análise literária, sob uma perspectiva colonial, na escrita desse última obra de Machado de Assis, um autor considerado pela crítica literária como um dos maiores expoentes da literatura brasileira, exige uma autonomia crítica, devido ao risco de se contaminar com as ideais propagadas pelo senso comum. Como é sabido, Machado por muito tempo foi acusado de não assumir uma postura racial combativa. Com isso, é importante ressaltar que este trabalho não pretende ser um estudo de defesa ou de ataque à posição adotada pelo escritor diante das questões sociais da época, mas um estudo literário cujo principal objetivo é analisar o uso do discurso colonial como recurso crítico-estético na composição da linguagem memorialística expressa em *Memorial de Aires*.

Dessa forma, é necessário salientar que este artigo está pautado na revisão bibliográfica das principais teorias relacionadas aos estudos pós-coloniais. Em relação à sua organização, este trabalho está dividido nos seguintes subtemas: *A representação das tensões entre colonialidade e poder na linguagem memorialística do Conselheiro Aires*; e *Abolição da escravatura: a fronteira entre memória e diáspora em Memorial de Aires*. O primeiro subtema traz uma análise de como o discurso colonial, presentificado nas figuras de Santa Pia e Fidélia, é utilizado por Machado como um dispositivo da linguagem narrativa do romance. O segundo refere-se à relação entre a memória e a diáspora, no contexto de pré e pós-abolição que ambienta a obra.

Logo, este estudo também busca demonstrar como, em *Memorial de Aires*, o cenário social, construído por meio de um acontecimento de amplo valor nacional, como a abolição da escravatura, não emerge somente sob a

³ Um romance cujo enredo se desenvolve no conflito fraternal, amoroso e político entre os irmãos gêmeos Pedro e Paulo.

⁴ Conjunto de cadernos contendo as anotações das principais memórias vivenciadas por Aires.



forma de uma conotação literária, mas como uma denúncia e uma crítica de Machado de Assis à situação da pessoa escrava na sociedade do Brasil do século XIX. Desse modo, além de compreender como o autor, no enredo desse romance, consegue promover um diálogo, na fronteira entre ficção e história (realidade), este artigo visa corroborar com os estudos literários que veem na conciliação entre a expressão literária e as inquietações sociais e políticas a construção de um escritor como “um homem do seu tempo” (ASSIS, 1997, p. 804, ênfase no original)⁵.

A REPRESENTAÇÃO DAS TENSÕES ENTRE COLONIALIDADE E PODER NA LINGUAGEM MEMORIALÍSTICA DO CONSELHEIRO AIRES

Mesmo sendo publicado em 1908, a ambientação de *Memorial de Aires* é constituída com base nos acontecimentos sociais e políticos no Brasil, datados entre os anos de 1888 e 1889: abolição da escravatura e início da era republicana. A escolha de Machado de Assis em resgatar esses acontecimentos, vinte anos depois, principalmente a abolição, só mostra o quanto esses fatos foram e ainda são significativos na história do país. Voltando-se para a utilização desses períodos históricos como plano de fundo nas confabulações memorialísticas do Conselheiro Aires, nota-se que esses reverberam na tessitura narrativa, sob as figuras da jovem viúva Fidélia, objeto de estudo de Aires, e do pai dela, o barão Santa Pia, um típico senhor rural. Assim, este subtema analisa como o discurso de colonialidade do poder aparece como ponto-chave na formação dessas personagens.

No romance, Aires descreve algumas situações que se sucederam antes e depois da abolição. Embora sejam relatos sutis acerca do evento, devido à linguagem narrativa desse personagem-autor, que se ancora em um estilo comedido e depurado, na escrita das suas observações diárias, ele sempre consegue dizer o máximo no mínimo. Ao avistar Fidélia pela primeira vez no cemitério e decidir que essa seria objeto de sua composição memorialista, Aires inicia uma espécie de investigação sobre a vida dela e acaba descobrindo que essa jovem viúva é filha de um grande fazendeiro, o barão de Santa Pia. É interessante como Machado de Assis, apesar de trazer a abolição como fator secundário, faz questão de associá-la a uma das personagens protagonistas do romance. Dessa forma, à medida que Aires vai apresentando o pai de Fidélia, percebe-se nele a

⁵ Essa expressão foi utilizada por Machado de Assis em um artigo crítico intitulado *Notícia da atual da literatura brasileira: instinto nacionalista*, em que o autor apresenta aos escritores do romantismo uma nova forma de escrita literária.



construção de um arquétipo do *pater familiae* com poderes oligárquicos, que assumem a forma da família extensa, já que ele “é o chefe de uma família que inclui filhos e netos, irmãos sem posses, sobrinhos, parentes afastados e bastardos. E na senzala, à sombra da casa-grande, vive o escravo, a classe mais baixa da pirâmide social” (MUNIZ, 1999, p. 76). Essa dualidade existente entre senhor e escravo, na ocupação tanto do espaço físico quanto do social, apresenta a lógica hierárquica, à qual estavam submetidas essas classes opostas de uma parte da sociedade daquela época.

Em Santa Pia, expressa-se diretamente o poder colonial, visto que esse é o tipo de senhor que luta para manter o controle de tudo e de todos, de tal modo que, tomando conhecimento da proximidade da lei que decretava o fim da escravidão, Santa Pia decide alforriar de modo coletivo todos os escravos de sua fazenda. Percebe-se que, além de não admitir que o governo interferisse nas suas propriedades, o barão tinha certeza de que, mesmo sendo libertos, os negros continuariam a trabalhar para ele por qualquer salário, já que a maioria não tinha para onde ir. Desse modo, pode-se assentir sobre essa atitude de Santa Pia o que Aníbal Quijano ressalta, em seu artigo *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, sobre o início do processo de capitalização na América: “(...) no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho (...) foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial (QUIJANO, 2015, p. 108). Com isso, os negros libertos passariam a ganhar um salário que não condizia com os trabalhos realizados; assim, para o senhor, os negros apenas **deixavam sua condição de escravos** para assumirem o papel de mão de obra barata em sua fazenda. O fragmento abaixo apresenta as explicações de Aires sobre tal episódio:

10 de abril

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa Pia (...).

Será a certeza da abolição que impele Santa Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro? A alguém que lhe fez tal pergunta respondeu Campos que não. “Não, disse ele, meu irmão crê na tentativa do governo, mas não no resultado, a não ser o dismantelo que vai lançar às fazendas. (...). Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei”.

(...). Depois de alguns instantes respirou largo, e respondeu que, antes de morto, o que era seu era somente seu. Não



podendo dissuadi-lo o desembargador cedeu ao pedido do irmão, e redigiram ambos a carta de alforria.

Retendo o papel, Santa Pia disse:

— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, — pelo gosto de morrer onde nasceram. (ASSIS, 2009, p. 39-40)

É interessante observar como esse relato do Conselheiro Aires sobre a decisão de Santa Pia em libertar seus escravos é carregado de certo tom de ironia, que pode ser evidenciado claramente no questionamento do personagem-autor sobre o verdadeiro motivo dessa ação: “Será a certeza da abolição que impele Santa Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro?” Aires sabe que não se trata de um **ato de compaixão** aos negros, como irá ver sua filha Fidélia, mas uma forma de manter a posse daquilo que é visto por ele como sendo sua propriedade, uma vez que os negros sempre estavam sendo observados pela ótica da objetificação, haja vista que, na justificativa da libertação coletiva, o barão do café deixa claro o seu poder colonial: “— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, — pelo gosto de morrer onde nasceram”. Ainda é importante salientar que Machado de Assis consegue imprimir, nessa passagem da obra, uma denúncia à farsa que estava atrelada a todo o processo anterior ao evento de 13 de maio de 1888, demonstrando que **livre** era apenas uma palavra escrita no papel, para os negros, no final do século XIX, pois:

O fazendeiro sabe que dificilmente algo vai mudar na estrutura social ou nas relações que tem para com os escravos. Estes, mesmo livres, continuarão presos à condição de trabalhadores rurais e à falta de oportunidades, não tendo alternativa outra a não ser continuar exatamente como antes, somente ostentando, agora, uma liberdade que é muito mais fictícia do que real. (TELES, 2009, p. 122)

Isso só confirma que a Lei Áurea serviu apenas como uma máscara para camuflar a condição escrava, que não acompanhou o progresso político e social passado pela sociedade oitocentista. Assim, os escravos, mesmo livres, permaneciam à margem da sociedade burguesa, aristocrata e branca. O excerto seguinte de Aires exemplifica como essa sociedade se portava, diante das causas coletivas, e como a vigência de tal lei não alterou a dinâmica social da classe:



14 de maio, meia noite

Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular. Saí agora do Flamengo, fazendo esta reflexão (...).

(...). A alegria dos donos da casa era viva, a tal ponto que não a atribuí somente ao fato dos amigos juntos, mas também ao grande acontecimento do dia. Assim o disse por esta única palavra, que me pareceu expressiva, dita a brasileiros:

— Felicito-os.

— Já sabia? perguntaram ambos.

Não entendi, não achei que responder. Que era que eu podia saber já, para os felicitar, se não era o fato público? (...). Velho e velha disseram-me então rapidamente, dividindo as frases, que a carta viera dar-lhes grande prazer. Não sabendo que carta era nem de que pessoa, limitei-me a concordar:

— Naturalmente.

— Tristão está em Lisboa, concluiu

(...). Eis aí como, no meio do prazer geral, pode aparecer um particular, e dominá-lo. Não me enfadei com isso; ao contrário, achei-lhes razão, e gostei de os ver sinceros. Por fim, estimei que a carta do filho postiço viesse após anos de silêncio pagar-lhes a tristeza que cá deixou. Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem. (ASSIS, 2009, p. 42)

Pode-se observar, na expressão irônica “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular”, utilizada por Aires, para iniciar sua escrita, que ela vem sobreposta a uma crítica ao egoísmo e à alienação da elite, diante de acontecimentos que fogem ao seu ciclo social. Isso se comprova na indiferença ao “grande acontecimento do dia”, isto é, a abolição da escravidão, em favor da carta de um filho postiço distante. Assim, no trecho “Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem”, em que Aires compara o significado da carta de Tristão ao casal Aguiar ao da Lei Áurea para os escravos. Nota-se certa ironia em tal comparação, uma vez que a ambiguidade simbólica da carta, na narrativa, acaba revelando o cerne da moral burguesa de achar que o coletivo não é mais relevante que assuntos individuais. Ainda nessa passagem, com a expressão “ainda que tardia”, o personagem-autor retoma, mesmo que de forma indireta, o fato de o Brasil ter sido um dos últimos países a abolir a escravidão, uma condição que ele já havia ressaltado, em uma anotação anterior:

Scripta Alumni - Uniandrade, n. 23, 2020. ISSN: 1984-6614.

<http://uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/ScriptaAlumni/index>



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).



Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: "Eu, Abraão Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América..." Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (ASSIS, 2009, p. 41)

É sabido que a dependência do Brasil ao sistema escravocrata que movimentava toda a economia fez com que o país retardasse a inserção ao capitalismo industrial que ascendia nos Estados Unidos e nos países europeus. Segundo Quijano (2005), mesmo que a colonialidade do seu poder oligárquico os fizessem compartilhar de interesses sociais com os países europeus, os senhores rurais dos países latinos americanos viam nesse poder colonial também um empecilho à transição ao capital industrial, visto que tal evento custava a libertação dos escravos para torná-los trabalhadores assalariados.

Desse modo, os senhores rurais latinos temiam a abolição, pois identificavam nela a decadência do sistema, no qual detinham todo o poder. Apropriando-se desse fato, Machado de Assis, ao inserir nas memórias de Aires essa conservação da cultura de escravidão, como bem ressalta, no trecho "dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos", traz à tona uma crítica à elite brasileira, que, apesar de imitar os costumes, a arte e a literatura da burguesia estrangeira, ainda se negava a fazer como aquela classe, isto é, abolir de vez a **escravidão**. Além disso, ao enfatizar o Brasil como "um povo cristão", Machado mais uma vez usa de sua ironia para denunciar a hipocrisia da sociedade escravocrata, que, mesmo sob o principal preceito do cristianismo — "Amar o próximo como a ti mesmo" (BÍBLIA, Marcos, cap. 12, v. 29-30)⁶ — castigava, chicoteava, torturava e matava, além de usar essa mesma ideologia religiosa como uma ferramenta de opressão à identidade cultural dos negros escravizados.

Como já esperava Aires, um tempo depois da abolição da escravidão, o barão de Santa Pia morre. Essa morte simboliza, em *Memorial de Aires*, de acordo com Eduardo de Assis Duarte, a queda da ordem senhorial, pois "é como se no novo mundo que nascia — sem ferros, troncos ou máscaras de flandres — não houvesse mais lugar para o mandanismo moldado na figura do senhor 'de baração e cutelos' dos tempos da colônia" (DUARTE, 2007, p. 281, ênfase no

⁶ Esse preceito é tido como a base da prática cristã.



original). Apesar de o autor construir uma análise quase utópica sobre a abolição, como já foi apresentado anteriormente, essa não significou totalmente o fim da escravidão, mas a sua perpetuação sobre outras formas. Isso se expressa, na própria narrativa, quando o Conselheiro Aires ressalta essa situação no relato sobre o encontro de Fidélia com os negros que ficaram na fazenda de Santa Pia: “Mucamas e moleques deixados pequenos e encontrados crescidos, livres com a mesma afeição de escravos, têm algumas linhas naquelas memórias de passagem” (ASSIS, 2009, p. 59). Embora sejam livres, o personagem-autor faz questão de apontar que os negros ainda tinham “afeição de escravos”, visto que esses continuavam realizando as mesmas funções, anterior à lei Áurea, dentro da fazenda. No excerto a seguir, pode-se observar como ficaram os negros de Santa Pia, alguns meses após a libertação:

10 de Agosto

(...)

Fidélia chega da Paraíba do Sul no dia 15 ou 16. Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustenta-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. (ASSIS, 2009 p. 69)

A figura de Fidélia é apresentada por Aires como a personificação do bom senhor, tendo em vista a devoção que os negros libertos tinham para com ela. E isso se dava, segundo Aires, devido ao dom da moça em saber cativar e para ele: “Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos”. Esse comentário de Aires abre uma ponte para questionamentos sobre o real motivo da permanência dos negros, mesmo depois de libertos: seria somente o afeto pela jovem viúva que os mantinha ali? Ou era a falta de opção pelo fato de não terem oportunidades, nem direitos dentro daquela sociedade? Talvez fosse também pelo afeto, mas, como é sabido, não houve políticas de integração social aos negros após a abolição, o que ocorreu, nas palavras de Muniz Sodré (1999), foi apenas a transição histórica do racismo de dominação para o de exclusão, visto que, sem perspectivas de uma nova vida na cidade, a continuação na fazenda se tornou a única forma de sobrevivência para a maioria dos negros. No segmento da citação de Machado: “Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os



empregar logo”, percebe-se a exemplificação do lugar espacial e social em que o negro deveria estar– no campo, realizando seus trabalhos à sombra da casa-grande – de acordo com a dinâmica hierárquica econômica vigente.

Ao herdar a fazenda de Santa Pia, Fidélia se vê dentro da lógica patrimonial do colonialismo, pois não a herda devido a uma competência administrativa, mas porque é filha do proprietário (SODRÉ, 1999). Por isso, a decisão da jovem viúva em vender a fazenda é compreensível, visto que é uma forma de se desvencilhar do legado colonial, o qual ela não desejava continuar. Todavia, meses depois, Fidélia volta atrás dessa decisão e resolve doar as terras aos libertos, encerrando, assim, o ciclo do colonialismo e estabelecendo uma nova ordem: “Lá se foi Santa Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser esta responsabilidade nova ou primeira...” (ASSIS, 2009, p. 141). Observa-se, nesse breve relato, em que Aires anuncia os libertos como os mais novos proprietários da fazenda, uma amostra concreta da inversão e ruptura do poder colonial, que se revestiu em uma ideia de classe que continuava a enxergar o negro como subalterno. É interessante o jogo de linguagem instituído por Machado, ao finalizar esse registro com reticências, negando a Aires uma conclusão, mas permitindo ao leitor desfrutar do papel da linguagem literária de denunciar, criticar, discutir e fazer refletir sobre qualquer questão social.

Diante do exposto, ao longo desta análise, pode-se concluir que este subtema buscou, no diálogo entre o discurso colonial e a representação desse, em *Memorial de Aires*, demonstrar como circunstâncias de cunho político, histórico e social podem penetrar o ambiente narrativo, tornando-se um recurso estético de composição. Assim, pode-se concluir que Machado de Assis, ao fundir o ficcional e o contexto histórico, permite que a escrita literária também seja a ponte de diálogos para as discussões que orientam à condição humana, em suas relações com o passado, o presente e o futuro.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA: A FRONTEIRA ENTRE MEMÓRIA E DIÁSPORA EM *MEMORIAL DE AIRES*

Todo o processo histórico que envolve o cenário da abolição da escravatura está suspenso em *Memorial de Aires*, pelas redes da memória, em suas diversas dimensões. Destarte, Machado de Assis se apropria da junção de elementos da diáspora, do coletivo e do individual para a construção da linguagem memorialística utilizada pelo personagem-autor Conselheiro Aires. Dessa forma, a análise empregada neste subtema observa como a duplicidade da memória coletiva



e individual se relaciona com as tensões diaspóricas, vivenciadas antes e depois da abolição, na narrativa.

De antemão, é importante salientar que a ideia principal de diáspora utilizada neste trabalho parte do ensaio *Diaspora and cultural memory* (2005), de Anh Hua, em que o sentido desse termo é ampliado para além do deslocamento físico no espaço geográfico, para atingir também a memória coletiva e traumática que envolve tal processo. Para essa autora, o estudo da teoria da diáspora possibilita a compreensão dos movimentos expressos na sociedade moderna e pós-moderna, visto que essa teoria permite observar as transições, desde o período anterior à colonização, até os dias atuais. Sendo assim, esta análise apropria-se da visão de Hua para decifrar a trama diaspórica presente em *Memorial de Aires*, uma vez que, dentro da narrativa, os efeitos da diáspora estão submersos em uma teia memorialística, que reverbera a condição dos negros no processo da abolição.

Desse modo, as percepções das causas, dos traumas e das consequências da diáspora, que condicionam as linhas fronteiriças das memórias transcritas por Aires, estão sobrepostas a um imaginário histórico coletivo. Isso pode ser evidenciado neste fragmento, retomado do subtema anterior, em que o personagem-autor reproduz, em um dos seus registros, a fala de Santa Pia sobre a alforria coletiva de seus escravos: “— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, — pelo gosto de morrer onde nasceram” (ASSIS, 2009, p. 40). Nota-se que o ato de reverter a dispersão se realiza indiretamente nessa fala de Santa Pia, visto que a carta de alforria carrega o peso da liberdade e um desejo de retorno ao país de origem (HUA, 2005) para esses “poucos que deixarão a fazenda”, que representam os negros que foram retirados compulsoriamente de sua terra natal. Todavia, o que chama atenção nessa fala do barão é a certeza da permanência da maioria justificada pelo “gosto de morrer onde nasceram”. Percebe-se aí a expressão do poder do sentimento de pertencimento a terra, de tal modo que esse sentimento passa a ser colocado como inibidor ao descolamento dos negros que ali nasceram. Isso acontece porque, de acordo com Roland Walter (2015), diferente do colonizador, que vê a terra como fonte de exploração, para fins econômicos, o colonizado a tem mediante uma relação de afeto e de sobrevivência.

Por isso, apesar de ser um lugar de opressão, a fazenda e toda a natureza que ali se manifesta acabam se configurando para os negros, principalmente para os nascidos nela, como um lar e um local de produção não só de alimentos, mas de fecundação das raízes formadas por meio da memória, cultura e identidade. O trecho a seguir confirma essa ligação diferenciada, que possibilita a continuação dos negros nesse espaço, mesmo depois de libertos: “Mucamas e moleques deixados pequenos e encontrados crescidos, livres (...)” (ASSIS, 2009, p. 59). É certo que a permanência dos negros reflete não só o apego



a terra, mas também afeição a Fidélia, que depois da morte do pai, torna-se a proprietária do lugar. O contraste levantado por Aires, na condição das “mucamas e moleques” que nascem escravos, mas se tornam livres, mostra que essa alteração promoveu apenas um deslocamento institucional, pois o corpo e a mente conservam-se no mesmo estado de nascimento. Isso acontece porque, embora sejam frutos do processo diaspórico, esses natos não compartilham a experiência do desejo de retorno vivenciado pelos seus pais, que tiveram uma parte de suas raízes identitárias desterritorializadas, ou seja, foram privados de seus costumes culturais de origem, em favor dos impostos pelo colonizador.

Ainda no romance, evidencia-se a alienação espacial expressa na dicotomia cidade e fazenda, à qual estavam expostos os negros libertos. É sabido que, após a abolição, vigorou-se a política de contenção e exclusão dos negros nos espaços centrais da cidade, ficando reservados a esses o campo e áreas periféricas dos polos urbanos. Essa higienização social não ocorria somente por questões raciais, mas também porque, segundo Sodré, “temia-se o negro, suspeitava-se o tempo todo de suas intenções” (SODRÉ, 1999, p. 79). A sociedade burguesa acreditava que a inserção em massa dos libertos ao convívio social urbano poderia ascender uma revolta. Além disso, a dinâmica econômica do sistema dependia da permanência dos negros nas fazendas. Isso pode ser constatado nesta passagem, retirada das anotações do dia 10 de agosto, em que Aires comenta ironicamente o desejo dos libertos em viver na cidade, após saberem que Fidélia pretendia vender a fazenda:

(...) sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. (...). Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustenta-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. (ASSIS, 2009, p. 69)

Aires, ao relatar o regresso de Fidélia à cidade e a continuação dos negros na fazenda, mesmo depois de uma possível venda, revela o quanto as posições dos representantes da elite dominante e dos negros, mesmo em situação de liberdade, estabeleciam-se em formas antagônicas. A relação entre essas instâncias mantinha-se sob uma alteridade problemática, em que esse Eu (branco/burguês) condenava o Outro (negro/ livre) a permanecer em uma condição de subalternidade, como evidencia-se no trecho: “Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar”. Fica claro que não é somente pela sobrevivência que esses negros libertos “precisam trabalhar”, mas para conservar o sistema hierárquico socioeconômico vigente, em que a figura do negro sempre ocupa o espaço do trabalho pesado das atividades em geral. Sendo assim, dentro



da divisão de trabalho dessa sociedade, o trabalho intelectual só podia ser praticado pela elite, enquanto o físico estava destinado aos negros (ŽIŽEK, 1996). É exatamente essa divisão desigual que a crítica sociológica de Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (2003), reitera, mostrando que o sistema estruturante que desqualifica o negro para trabalhos que não estejam vinculados à sua força braçal era uma forma de anular e excluir qualquer chance de sua ascensão social. Portanto, era importante, mesmo depois da abolição, manter o negro sempre à disposição da casa grande.

Dessa forma, a decisão posterior de Fidélia em doar as terras da fazenda aos libertos traz uma ruptura a esse sistema que limitava o papel social dos ex-escravos, de tal modo que os negros passam de trabalhadores terciários a proprietários. Embora ainda haja o desejo de retorno, agora as terras pertencem a eles. Hua (2005) destaca essa tensão vivenciada pela maior parte dos membros da diáspora, de viver em um lugar lembrando-se da sua terra natal, mas também revela a capacidade desses mesmos membros, de transcender as fronteiras e recriar sua cultura identitária, por meio da memória nesse novo lar.

Percebe-se, assim, que, dentro da jornada da diáspora, a memória assume um papel primordial, pois “as memórias dos povos marginalizados e subjugados iluminam os modos passados que contestam a hegemonia das memórias e levantam a questão de quem se lembra, porque lembra e do que se lembram” (AGNEW, 2005, p. 20)⁷. Desse modo, as memórias dos membros da diáspora se configuram como conexões e construções de um legado histórico coletivo, que é transmitido de geração em geração, como forma de combater o apagamento e esclarecer o passado. Assim, para Machado de Assis a literatura é um espaço de memória livre de qualquer silenciamento. Ao retomar, em *Memorial de Aires*, a destruição de todos os documentos relacionados ao período de escravidão no Brasil, o autor mostra que, apesar dessa tentativa de apagamento, a memória literária, tomando o fôlego da memória coletiva, permanecerá ecoando os ruídos e resíduos dessa mancha na história nacional, como fica expresso no fragmento seguinte:

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia. A Poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio

⁷ No original: “Memories of the marginalized and subjugated illuminate the past in ways that contest hegemonic memories and raise the question of who remembers, why they remember, and what they remember.” (A tradução aqui apresentada foi feita pela autora deste artigo).



negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde "a Casa Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. (ASSIS, 2009, p. 42)

É interessante que Aires realiza esse registro logo após o evento da abolição, em que todos tentam ocultar o agora passado escravocrata, para **limpar** a imagem do país. Todavia, a atitude da escrita do personagem-autor já é uma demonstração de que "não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia", porque a memória coletiva jamais poderá ser esquecida, diante das marcas inscritas naqueles que sentiram o peso das correntes, a dor dos açoites e o sofrimento de viver longe da sua terra natal. Com isso, ao transpor tal assunto para a confabulação do seu último romance, Machado acaba revelando "o papel político da literatura enquanto guardiã dos fatos passados e da memória coletiva" (DUARTE, 2007, p. 282). E não só isso: a literatura também serve como uma instância de denúncia e crítica à sociedade, não só do seu tempo, mas de modo geral.

Assim, a breve discussão suscitada neste subtema pretendeu mostrar como Machado de Assis explorou em *Memorial de Aires* alguns dos labirintos existentes no paralelo entre a memória e a diáspora, presentes na história da abolição da escravatura. Posto que, apropriando-se do instinto de nacionalidade universalizante e da atemporalidade, o autor utiliza da autonomia literária para reproduzir internamente esse processo na narrativa, o que permite a construção de uma faceta contextual histórica crítica, sem estereótipos e sem adereços do tão presente passado colonial.

CONCLUSÃO

O discurso colonial, presentificado no universo social e político da abolição da escravatura e do período pré-republicano e delineado por Machado de Assis, em *Memorial de Aires*, é a expressão de como a escrita literária tem o poder de metamorfosear aspectos da realidade em elemento de composição literária. Essa transição é transgressora, dentro do conjunto das obras memorialísticas machadianas⁸, tendo em vista que *Memorial* é dos únicos romances desse estilo autobiográfico que focaliza de modo expressivo esse

⁸ O conjunto de obras memorialísticas de Machado de Assis é formado pelos romances *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*.



cruzamento do discurso histórico com o ficcional. Isso se deve ao amadurecimento estilístico do autor, que, desde *Esaú e Jacó*, prenunciava uma postura mais social em sua produção.

Com isso, a personificação das dimensões do poder da colonialidade, inscritas na memória, na história e na diáspora, assim como na relação senhor e escravo, que são abordadas nesse último romance, acabam manifestando um Machado que vê a literatura como uma forma presente de desvelar, discutir e denunciar um passado que deixou suas marcas. Por isso, a escrita da obra duas décadas depois não se corrompe com a temporalidade e se torna atual. Afinal, esse passado é um prognóstico das tensões sociais expostas a todo momento, na ferida do genocídio, da exclusão e da busca do negro pelo seu lugar de fala, que não é só um lugar físico, mas epistemológico, cultural e social, dentro dessa sociedade que a cada dia se revela ainda mais eurocêntrica, capitalista, aristocrata e racista.

Para finalizar, é importante ressaltar que este artigo não pretendeu dar todas as respostas sobre a abordagem a respeito do discurso colonial presente no contexto do *Memorial de Aires*. Com efeito, este estudo se propôs a trazer uma breve discussão acerca da presença dele no mosaico narrativo do romance, ressaltando a ousadia estética, estilística e social de Machado de Assis, em inserir temáticas de longo alcance histórico-político, como o período abolicionista e o pré-republicano brasileiro, dentro do espaço fragmentado da escrita literária.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, N. T. *Marcos*. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.

AGNEW, V. (Ed.). *Diaspora, memory, and identity: a search for home*. Toronto: University of Toronto, 2005.

ASSIS, M. de. *Memorial de Aires*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

_____. Notícia da atual da literatura brasileira: instinto nacionalista. In: COUTINHO, A. (Org.). *Obra completa de Machado de Assis*, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 955-962.

CASTELLO, J. A. *Realidade e ilusão em Machado de Assis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

DUARTE, E. de A. *Machado de Assis afro-descendente – escritos de um caramujo* (antologias). 2. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2007.



FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HUA, A. Diaspora and cultural memory. In: AGNEW, V. (Ed.). *Diaspora, memory, and identity: a search for home*. Toronto: University of Toronto, 2005, p. 191-208.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-126.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TELES, A. da C. *O labirinto enunciativo em Memorial de Aires*. São Paulo: Annablume, 2009.

WALTER, R. Multi-trans-intercultural: literatura, teoria pós-colonial e ecocrítica. In: SEDYCIAS, J. *Repensando a teoria contemporânea*. Recife: UFPE, 2015, p. 606-659.

ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

